

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E

SINDICALISMO

Leonardo André de Araújo

Aluno de História/Bolsista PIBIC-CNPq

Universidade Federal do Paraná

Abstrat

The new techniques of production and work organization resulting from the changes in the world capitalism at the 70's and 80's came to Brasil with more emphasis at the 90's. The companies chose the decentralized production and more flexibilization at work relations. The changes increased the unemployment and also affected the employees because they reduce the work value and make the work conditions more precarious. The workers' movement, still embraced to his corporative structure, has difficulty finding solutions for these new challenges.

No contexto mundial da década de 1970, o capitalismo nos países centrais passou por mudanças. O fordismo na produção associado ao keynesianismo na regulação da sociedade encontravam seus limites como modelos a serem seguidos no capitalismo. As indústrias se organizavam em função do fordismo. Nele, os trabalhadores realizavam poucos movimentos repetitivos enquanto o objeto a ser trabalhado chega a eles. Para que o fordismo fosse implantado era necessária uma aliança com os trabalhadores, pois, acostumados ao trabalho mais artesanal, era difícil faze-los aceitarem o trabalho repetitivo em que suas habilidades de artesãos não eram centrais o que também significava perda do controle sobre o trabalho e seu ritmo, que passa a ser ditado pela esteira.

Para compensar tais perdas, as grandes empresas tinham de dar uma compensação material para os trabalhadores, mas apenas os setores da produção massificada estavam dentro dessa lógica. O keynesianismo como forma de regulamentação da sociedade

propunha o Estado de bem-estar social. O papel do Estado era levar para outros setores da sociedade, menos inseridos na lógica fordista, parte dos ganhos materiais do sistema, procurando evitar conflitos sociais intensos.

As relações entre capital, trabalhadores e Estado eram muito bem definidas. Na década de 70, contudo a crise do petróleo (um combustível fundamental na produção) foi o estopim para mudanças consideráveis na produção e na regulação da sociedade. O capital não podia mais contar com quaisquer desperdícios e precisava dinamizar o processo produtivo e o tempo de giro dos investimentos. As relações firmes entre os três agentes sociais foram afrouxadas. As mudanças organizacionais e estruturais realizadas na produção mudaram a importância dos trabalhadores para o processo produtivo afetando a organização sindical.

As empresas passaram a manter apenas um mínimo de trabalhadores, terceirizando parte da produção e os serviços de menor qualificação. Procuraram mudar as relações com os trabalhadores também tentando estabelecer menor vínculo empregatício mediante o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Dentro desse processo ocorreu o ressurgimento de formas antigas de organização do trabalho no centro do capitalismo, como o trabalho familiar e o paternalista.

As mudanças tecnológicas e organizacionais diminuíram a necessidade de empregados, o que também mina a organização dos trabalhadores. As novas formas organizacionais apontam para relações entre patrões e empregados em que o sindicato tem menos inserção, como no trabalho familiar.

O modelo analítico de David Harvey¹ para as mudanças do capitalismo nas décadas de 70 e 80 apresentado acima é útil para a análise da década de 90 no Brasil, pois é neste período em que as mudanças no processo produtivo se aceleram para este país. Elementos que o autor apresenta caracterizando as mudanças pelas quais o capitalismo passava também são encontrados no Brasil.

As formas produtivas e organizacionais já experimentados nos países centrais passam a ser utilizados também em larga escala na indústria no Brasil. Não se pretende afirmar que o país tenha permanecido de 15 a 20 anos numa redoma e que nada do processo de reestruturação produtiva tenha alcançado as indústrias aqui instaladas. O que se percebe é uma aceleração muito abrupta de mudanças na forma de produção na nova conjuntura que foi estabelecida a partir de 90.

Sobre as mudanças descontínuas (em especial no setor têxtil) pelas quais a política nacional passou até o processo de abertura econômica ser desencadeado escreveu Gomes. Ele afirma que “as reformas econômicas e políticas liberalizantes, na verdade, já estão em pauta nas sociedades autoritárias e semi-industrializadas no Sul e no Leste desde o início dos anos 80”². Algumas mudanças já vinham acontecendo, mas é nos anos 90 que a política econômica liberalizante se afirma. O Estado, que antes era responsável pela proteção, tornou-se algo a ser diminuído, pois era necessário avançar até sobre o Estado para criar novos espaços de acumulação.

¹ HARVEY, David. *A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX* in *A Condição Pós-moderna : Uma Pesquisa Sobre as Origem da Mudança Cultural*. SP: Loyola, 1993.

² GOMES, Eduardo R. *Antes do neo-liberalismo*. In *Revista de Sociologia e Política* vol. 10 e 11. UFPR, 1998.

Jorge Tapia³ mostra como a reestruturação atinge a produção afetando as condições de trabalho. As empresas passaram a terceirizar partes do processo e a flexibilizar as formas de gestão. Com terceirização as empresas deixam de centralizar a maior parte do processo produtivo, tendendo a tornarem-se montadoras. Os serviços menos qualificados, de vigilância e limpeza por exemplo, são contratados de empresas especializadas.

Esses elementos fazem com que as grandes empresas não se responsabilizem mais por um grande número de atividades e de trabalhadores necessários a elas. Nas empresas menores é mais fácil estabelecer relações mais frouxas com o trabalhador. O contrato temporário e a sub-contratação (ou até a ausência de contrato) são mais comuns, o que torna a situação do trabalhador mais insegura e a exploração de seu trabalho mais intensa.

A flexibilização de formas de gestão revela, por exemplo, a jornada de trabalho modular. O período de trabalho não é pré-determinado por dia ou por semana, tornando possível que num momento de pouco trabalho o trabalhador seja dispensado, mas em períodos de muita demanda este possa trabalhar mais de 8 horas diárias.

No trabalho de Antunes, Faria e Piccinini⁴ sobre o setor calçadista, aparecem as mudanças de reestruturação produtiva e organizacionais do trabalho pelas quais passa o setor. Novas formas organizacionais de envolvimento do trabalhador com a produção e de policiamento interno nos círculos de controle de qualidade estão sendo implantadas.

Há, também, a proliferação de bancas e ateliês menores, que são os fornecedores para as marcas maiores, onde as condições de trabalho são insalubres, a sub-contratação e a

³ TAPIA, Jorge R. B. *Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?* In DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. SP: Brasiliense, 1994.

⁴ ANTUNES, Elaine. et alli. *Estratégia Sindical dos Trabalhadores do Setor Calçadista*. In LEITE, Marcia de Paula (org.). O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil. Campinas: Papyrus, 1997.

contratação sem carteira assinada predominam e o trabalho infantil é explorado, utilizando até filhos de casais empregados sem remuneração.

As condições de trabalho na nova realidade que traz a reestruturação são cada vez piores. No fordismo, o homem não estava sendo substituído pela máquina, ele se estava tornando parte dela. A máquina (ou a esteira) é quem dita o ritmo e impõe o controle sobre o trabalho dos homens. Essa necessidade do homem ao longo da máquina tornava o trabalhador importante. Na nova estrutura produtiva e na nova organização do trabalho o trabalhador torna-se cada vez mais supérfluo. Seja pela aplicação de novas tecnologias na produção que dispensam cada vez mais o trabalhador, com a máquina tomando seu lugar, seja pelas formas organizacionais que diminuem a necessidade de trabalhadores. Associando tudo isso ao aumento do desemprego é possível perceber um quadro crítico para o trabalho. As condições de trabalho se vão tornando cada vez mais precárias.

Quanto pior o quadro de exclusão e desemprego a menores salários, a piores condições de trabalho e a menos garantias os trabalhadores se submetem, pois precisam trabalhar e a disponibilidade de trabalhadores é muito grande em relação à oferta de empregos. Pode dizer-se que, desencadeada a reestruturação, o sistema se realimenta porque o próprio aumento do desemprego que gera fornece as pressões para a diminuição do valor e a precarização do trabalho.

Junto da nova realidade para o trabalho chegam novas questões para o movimento sindical. Com o desemprego, a base de trabalhadores do sindicalismo diminui. Se isso não bastasse, com a terceirização a base do sindicato fragmenta-se mais com trabalhadores chegando a mudar de categoria quando são enquadrados não mais como parte da grande empresa, mas de uma fornecedora ou prestadora de serviços.

Os trabalhos doméstico, familiar ou paternalista tornam difícil a ação do sindicato. No trabalho familiar e no paternalista as relações estabelecidas extrapolam a exploração capitalista não deixando espaço para o sindicato. No caso do trabalho doméstico os trabalhadores se encontram dispersos em suas casa e muitas vezes não têm qualquer contrato com o empregador dificultando a ação do sindicato.

Marcia de Paula Leite⁵ afirma que, diante da nova problemática, é possível perceber três tipos de postura diferentes dentro do movimento sindical: a propositiva, a inativa e a defensiva. Afirma que os sindicatos com maior capacidade de organização e negociação conseguem melhoras sociais e econômicas em seus setores. A autora apresenta três possibilidades para o sindicalismo nos anos 90: a construção de um movimento enraizado nas bases, democrático, criativo e de grande capacidade de mobilização; uma situação de baixa capacidade de mobilização e negociação; ou um aprofundamento da segmentação que promove a convivência dos dois casos em diferentes setores.

Jorge Tapia⁶ percebe que o corporativismo setorial tem crescido. Afirma que a prática de negociações localizadas aumenta por causa das regulações setoriais que o Estado passa a privilegiar e por ser a alternativa encontrada pela burocracia sindical para se manter. O autor critica a prática de negociação setorizada, pois a assimetria das relações entre Estado, empresariado e trabalhadores continua existindo até nas câmaras setoriais. No caso da câmara automobilística, as necessidades imediatas foram privilegiadas e as questões estratégicas de prazo mais longo e de interesse dos trabalhadores foram relegadas a segundo plano ou não foram atendidas.

⁵ LEITE, Marcia de Paula. *Reestruturação Produtiva e Sindicatos: O Paradoxo da Modernidade*. In _____ (org). *O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997.

A diferença entre o sindicalismo da década de 80 e o da década de 90 é levantada por Iram Jácome Rodrigues⁷. Em seu estudo da Central Única dos Trabalhadores afirma que o sindicalismo combativo era a forma de ação priorizada pelos sindicatos ligados à Central na década passada, mas que nos anos 90 a força majoritária da entidade opta principalmente pela negociação.

Pode ser que pela negociação bem feita os trabalhadores consigam obter, ao menos em determinados setores, alguns ganhos como afirma Marcia Leite. A prática de negociação, contudo, não garante maior unificação dos setores em busca de melhores condições para todos os trabalhadores. A estrutura sindical que se mantém por décadas vinculando o sindicalismo ao Estado e que permite a sustentação de uma burocracia sindical ainda não foi posta em xeque por uma proposta nova e realista que tenha sido abraçada de verdade pelo movimento sindical. Até o sindicalismo da CUT, que nos 80 era mais crítico a essa estrutura quando estimulava a oposição sindical, ao entrar na estrutura assumiu a dificuldade de rompimento com o que está posto na estrutura sindical.

A organização por local de trabalho não foi alcançada. O empresariado impõe dificuldades nesse sentido como mostra o trabalho de Antunes, Faria e Piccinini⁸. Listas negras com funcionários que colaboram com o movimento e pressões sobre os trabalhadores dificultam as ações dos sindicatos. Uma das alternativas encontradas pelo

⁶ TAPIA, Jorge R. B. *Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?* In DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. SP: Brasiliense, 1994.

⁷ RODRIGUES, Iram Jácome Rodrigues. *Sindicalismo e política : a trajetória da CUT*. SP: Scritta, 1997.

⁸ ANTUNES, Elaine. et alli. *Estratégia Sindical dos Trabalhadores do Setor Calçadista*. In LEITE, Marcia de Paula (org.). O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

sindicato que os autores estudam para a intervenção por local de trabalho foi a participação na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes das empresas.

Alternativas como essa são possíveis de serem encontradas, mas a burocratizada estrutura, que oferece um espaço em que as lideranças sindicais se acomodem e que não estimula a busca do trabalhador para o movimento, não favorece de forma ampla que o movimento encontre resposta aos novos desafios que a década de 90 trouxe para os trabalhadores e conseqüentemente para o sindicalismo.